



Mudanças nos procedimentos para o registro sindical

CUT encaminha documento ao Ministério do Trabalho propondo alterações à Portaria 186



Por iniciativa do Ministro Brizola Neto, o Conselho de Relações do Trabalho (CRT) está discutindo mudanças na Portaria 186, de abril de 2008, visando atualizar os procedimentos para o registro das entidades sindicais. O objetivo principal é frear a pulverização que vem acontecendo nos últimos anos com a criação de sindicatos sem representatividade de fato e com o aumento no número de processos de desmembramento e dissociação de base e categoria, o que tem resultado em crescente fragmentação da ação sindical.

O Brasil tem, em dados de hoje do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais, 9.954 sindicatos de trabalhadores, sem considerar o universo de entidades que não possuem o registro no Ministério do Trabalho. Na base da CUT, por exemplo, dos mais de 3.500 sindicatos filiados, apenas 2.200 possuem registro sindical. Esta dinâmica de pulverização, na prática,

enfraquece a organização sindical e o poder de negociação dos trabalhadores.

Atendendo ao pedido inicial do Ministro, a Direção da Central Única dos Trabalhadores debateu, consultou suas entidades e formalizou suas contribuições. No documento, a CUT reafirmou sua posição histórica em defesa da liberdade sindical e da ratificação da Convenção 87 da OIT como caminho para a construção de um sindicalismo forte, classista e de massas, e apresentou propostas de alterações para a Portaria, coerente com seu compromisso de buscar avanços na estrutura atual.

As propostas partem da premissa de que é necessário garantir critérios de representatividade mínima dos sindicatos para concessão do registro. Para tanto, a CUT propõe que as entidades devem apresentar comprovação de filiação dos trabalhadores da base representada.

Outra questão fundamental é garantir a realização de ampla consulta à base antecedendo os processos de fusão e incorporação ou desmembramento e dissociação de entidades sindicais. Estes processos de consulta devem ser previamente divulgados através de edital de convocação da categoria em veículos de circulação diária na base territorial abrangida com antece-

dência mínima de 45 dias.

Por fim, a CUT insiste que é urgente atualizar as definições relativas à categoria profissional, setores econômicos e ramos de atividade como parâmetro fundamental para a organização sindical. Esta é uma tarefa que caberá ao Conselho de Relações do Trabalho: à luz da nova configuração do mundo do trabalho, elaborar uma Tabela de Categorias que sirva como parâmetro para a concessão de registro.

A partir das contribuições enviadas pela CUT e as demais centrais, o MTE elaborou uma proposta de atualização e submeteu ao Conselho de Relações do Trabalho. A CUT fez nova consulta às suas entidades e enviou uma proposta final ao Conselho na semana passada.

Aguardamos com grande expectativa a atualização da Portaria e esperamos que nossas sugestões contribuam para que os processos de registro sindical ajudem a promover uma urgente mudança na dinâmica atual de fragmentação sindical e agilizem a concessão do registro para as entidades que estão excluídas do cadastro nacional e que, portanto, não são consideradas nos números oficiais, resultando em distorção nas estatísticas.

Fonte: CUT Nacional

Pará: Segurança privada lucra R\$ 400 milhões ao ano



Entre mão-de-obra particular e suporte eletrônico, o Brasil investe hoje cerca de R\$ 5 bilhões em segurança privada por ano.

São duas mil empresas que empregam cerca de 470 mil vigilantes. No Pará esse investimento chega a R\$ 400 milhões anuais, arrecadados por 29 empresas regulares e que empregam 14 mil vigilantes. A perspectiva é que essa arrecadação seja bem maior, já que nessa conta não entram as empresas que prestam esse tipo de serviço, mas são consideradas clandestinas por não serem autorizadas a prestar segurança privada pela Polícia Federal.

Em todas as pesquisas onde se pergunta ao cidadão quais os principais problemas da cidade, o item segurança pública sempre aparece no topo, como ocorreu na pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe) divulgada pelo DIÁRIO no último domingo. Na sondagem, a segurança pública aparece como segunda maior preocupação de quem vive em Belém, com 51%.

A sensação entre a população é que a segurança pública não dá conta da demanda constante. A saída vem sendo a contratação cada vez maior de vigilância particular e patrimonial. Basta andar pelas ruas

de Belém e notar casas com muros altos equipadas com cercas elétricas. Em outras, as portas e janelas são gradeadas. Em muitas delas pode-se ver câmeras de monitoramento. E a insegurança não escolhe local ou condição social. Em bairros considerados periféricos da cidade, como Guamá e Terra Firme, a reportagem encontrou casas com cercas elétricas e até câmeras de segurança.

“Minha casa já foi assaltada três vezes e não vou mais dar sopa ao azar. Coloquei a cerca elétrica e alarme na casa toda. Tenho duas filhas e não posso dar sopa ao azar”, diz um bancário que mora há cerca de 10 anos na avenida Conselheiro Furtado. Como ele, muitas pessoas abordadas pelo jornal, não quiseram se identificar ou revelar a localização exata da sua residência, por questões de segurança.

A dona de casa Regina Azevedo mora há cerca de 15 anos na avenida José Bonifácio. Depois de ver sua casa assaltada por duas vezes em menos de seis meses, decidiu apelar para a cerca elétrica em volta de todo o muro que circunda a residência. “Sou viúva e moro com um casal de filhos. Muitas vezes fico sozinha aqui e na última vez o assaltante me trancou no banheiro

e limpou a minha casa. Levou tudo! Numa dessas eu morro”, teme.

Uma empresa de informática localizada na Pedreira também apelou para o sistema de vigilância 24 horas depois de um prejuízo de quase R\$ 50 mil decorrente de um assalto ocorrido durante a madrugada. “Entraram aqui e levaram computadores, notebooks e vários acessórios importados. A verdade é que o poder público não dá mais conta de nos dar segurança e as empresas precisar separar uma parte do seu orçamento para segurança. Caso contrário o prejuízo é certo”, disse um dos sócios da empresa, que mantém vigilantes 24 horas.

A maioria das empresas que atuam no Estado presta serviços na área de segurança patrimonial, com vigilantes. Das 29 regulares, cinco também prestam serviços de transporte de valores. O maior contratante dos serviços é o poder público no âmbito do Estado e prefeituras, além dos grandes projetos existentes em municípios como Barcarena, Marabá e Parauapebas.

Oziel Carneiro, presidente do Sindicato das empresas de Segurança, Vigilância e Transportes de Valores do Estado do Pará (Sindesp), diz que o setor cresce, mas a expansão poderia ser maior caso a clandestinidade fosse menor. A Lei 7.102 de 1983 regulamenta a atividade de Segurança Privada no Brasil e vem sendo regulamentada através de portarias da Polícia Federal adequando a norma.

“Chegou a um ponto que isso ficou complicado e vimos a necessidade de criar o Estatuto da Segurança Privada, inclusive a segurança extramuros, que não contempla

a nossa atividade. Será uma nova perspectiva de trabalho e de negócios, trazendo mais empresas para a regularidade e abrindo novos postos de trabalho”, acredita.

Um em cada três vigilantes atuantes hoje no setor são clandestinos

O setor de vigilância privada vem crescendo na ordem de 4% ao ano e esse número só não cresce mais em razão da segurança clandestina. Há 10 dias representantes de sindicatos de 18 estados estiveram reunidos num hotel em Belém para tentar reduzir essa clandestinidade. “Hoje 90% do que arrecadamos vai para pagar o trabalhador, impostos e encargos sociais. Fora do Brasil esse índice é de 65%”, avalia José Jacobson Neto, presidente da Associação Brasileira de Empresas de Vigilância e Segurança.

Essa situação deve ser modificada caso seja aprovado pelo Congresso a reforma do Estatuto da Segurança Privada, que é de 1983 e é considerado obsoleto, já que não prevê a criminalização dos responsáveis pela segurança clandestina e a própria segurança eletrônica, que se estabeleceu no Brasil e no mundo nos últimos anos. “Para cada vigilante regular hoje existem três clandestinos. Estimamos que os irregulares cheguem a 1,5 milhão no Brasil todo”, calcula o presidente da associação. Nos estados Unidos essa clandestinidade é perto de zero.

Na reunião em Belém ficou decidido que o setor pedirá formal-

mente ao governo ser incluído nos segmentos beneficiados pela desoneração da folha de pagamento, além de autorização de uso de recursos do Fundo do Amparo do Trabalhador (FAT) para treinamento de vigilantes. “Somos um setor rentável e que gera divisas para o país. Somos responsáveis pela segunda maior fonte de arrecadação da Polícia Federal, que é quem nos fiscaliza, só perdendo para a emissão de passaporte”.

José Adir Loyola, presidente da Associação Brasileira dos Sindicatos e Entidades de Segurança Privada (Absesp), ressalta que a meta dos Sindicatos é preparar quem trabalha na vigilância privada para o trabalho na Copa das Confederações e do Mundo e nas Olimpíadas que ocorrerão no Brasil em 2014 e 2016, respectivamente. “Não serão vigilantes comuns, já que atuarão como agentes preventivos, na frente e dentro dos estádios”.

Ele lembra que a segurança privada e patrimonial atua intramuros, onde o Estado não acessa, como bancos, empresas e lojas. “Hoje o setor tem um grande aliado que é a segurança eletrônica. Existem cidades no Brasil que são quase que integralmente monitoradas por câmeras”, reitera.

Esse tipo de segurança vem crescendo apenas 17% ao ano – e isso porque o Brasil ainda está muito atrás das mais modernas tecnologias no que se refere a CFTV, alarmes e controle de acesso e por sensores. Em outros países mais avançados, a média é de 40% de mão-de-obra e 60% de segurança eletrônica. No Brasil essa proporção ainda é de 80% de mão-de-obra e 20% eletrônica. “Nada substitui o homem, mas esse sistema eletrônico agrega a segurança e fiscaliza e registra o homem e o que ocorre nos ambientes. Dessa forma o profissional trabalha com mais preocupação e empenho”, diz José Adir.

Oziel lembra que hoje há uma

proliferação de empresas de segurança eletrônica, mas não há uma regulamentação. “A segurança privada é e sempre será um instrumento auxiliar de segurança pública. O Estado é que tem a responsabilidade de prover a segurança pública ao cidadão”.

RANKING

BRASIL

O país é o segundo das Américas na proporção entre seguranças privados e policiais, dos 22 com dados disponíveis: são quase cinco agentes particulares para cada um do Estado, mais do que o dobro da média regional. A informação está no Relatório sobre a Segurança Cidadã nas Américas em 2012, que deve ser lançado pela Organização dos Estados Americanos, em Washington

GUATEMALA

Segundo o documento –que combina dados de governos federais, polícias, institutos de estatísticas e ministérios dos 34 países da região nos últimos dez anos–, o ranking de privatização do policiamento é liderado pela Guatemala, com 6,7 seguranças para cada policial.

PANORAMA

O Brasil (cujo índice de homicídios por 100 mil habitantes, 21, é metade do guatemalteco) tem 4,9. Em seguida vem o Chile, com três. Os EUA, com empresas gigantescas no setor, têm 1,5 segurança para cada policial. A média regional é de 2,3.

Fonte: *Diário do Pará*



Início de vigilância armada e monitoramento eletrônico em 12 promotorias está prevista para janeiro

O início da vigilância armada durante o horário de expediente, e complementado com o monitoramento eletrônico, nas Promotorias de Justiça de Araruna, Cajazeiras, Catolé do Rocha, Conceição, Cuité, Guarabira, Itaporanga, Monteiro, Pedras de Fogo, Piancó, Princesa Isabel e Santa Rita, será colocado em prática a partir de 1º de janeiro de 2013.

A medida, autorizada no mês passado pelo Comitê de Políticas de Segurança Institucional (Comitê Gestor de Segurança) do Ministério Público do Estado da Paraíba (MPPB), também já foi apresentada na última semana ao procurador-geral de Justiça, Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, que deu o aval para o início do processo de licitação das duas empresas - de vigilância e de monitoramento.

"Fizemos o levantamento em 12 promotorias no interior do estado. Realizamos um diagnóstico com a Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. E essas informações foram apresentadas ao Comitê de Segurança Institucional e foram condensadas, objetivando o início do processo de licitação para a contratação de segurança armada e eletrônica", lembra o promotor de Justiça Bertrand Asfora, coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias Criminais e das Execuções Penais da Paraíba (CaoCrim) e integrante do Comitê Gestor de Segurança.

E o promotor ainda destaca: "O procurador-geral já autorizou o

início do processo para, primeiro, a contratação de uma empresa de segurança privada para essas 12 promotorias, que irá atuar durante o expediente, de segunda a sexta-feira; e também para a contratação de segurança eletrônica, para após o término do expediente".

Também já está sendo elaborado um cronograma de cursos a serem aplicados aos membros das Promotorias de Justiça, como o Curso de Primeiros Socorros Avançado (em parceria com o Corpo de Bombeiros); o Curso de Direção Defensiva (em parceria com a Polícia Rodoviária Federal - PRF); e os Cursos de Tiro e de Segurança Orgânica, ambos a serem ministrados pelo Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado na Paraíba (Gaeco) do MPPB.

"As vigências dos contratos com as empresas contratadas serão a partir do dia 1º de janeiro de 2013, mas vamos fazer os cursos, que ainda estão sendo discutidos com o pessoal do Gaeco, para o início do próximo ano, para que possamos ter um projeto com início, meio e fim. Ou seja: fizemos o diagnóstico, implementamos as medidas de curto prazo que pudemos fazer, bem como a realização dos cursos, para só aí partimos para mais dez promotorias no ano que vem", explica o promotor Bertrand Asfora, lembrando que a vigilância armada e o monitoramento eletrônico integram parte do projeto da Promotoria Segura do MPPB.

Com a instalação da vigilância armada e do monitoramento eletrônico, o Ministério Público da Paraíba passou a fazer um estudo para diminuir a quantidade de policiais-PM à disposição da instituição. "Ainda estamos discutindo a devolução dos policiais militares. Temos a redução dos custos e a redução dos policiais requisitados. Mas isso vai ser submetido ao procurador-geral, para que ele possa tomar as decisões", informa Bertrand.

Para ele, a segurança dos membros do MPPB é fundamental. "Todo e qualquer investimento na segurança dos nossos promotores ainda é o mínimo. O importante é que a gente possa fazer de forma planejada. As promotorias que nós escolhemos são estratégicas; elas estão nas divisas do estado, nas cinco regiões do estado".

Fonte: Click Paraíba



Caixas eletrônicos: quase 100 pontos vulneráveis em S. José

Levantamento da Polícia Civil indica que, dos 118 locais que abrigam caixas eletrônicos em São José dos Campos, 99 estão vulneráveis a ações criminosas, como ataques com explosivos e os assaltos, conhecidos como 'saidinhas de banco'.

A medida servirá como base das estratégias de combate às quadrilhas especializadas nesse tipo de crime. "Com esse mapeamento, fica mais fácil para planejar as ações ou mesmo cobrar das empresas mudanças nos sistemas de segurança", disse Antônio Álvaro Sá de Toledo, delegado assistente da Seccional de São José.

Classificação. Os locais avaliados compreendem agências bancárias, praças, postos de combustíveis, faculdades, shoppings e estabelecimentos comerciais. Esses pontos foram classificados em três níveis de vulnerabilidade, considerando localização, disposição das máquinas, circulação de pessoas, quantidade de dinheiro, presença de seguranças, acesso, proximidade a postos policiais e facilidade para fuga.

Do total de pontos, 15 foram clas-

sificados como extremamente vulneráveis.

A maioria está em bairros afastados da cidade ou em postos de combustíveis localizados às margem de rodovias.

"Eles tentaram arrombar o caixa duas vezes. Na terceira vieram de madrugada e colocaram a dinamite", afirmou o comerciante Luciano Salvinho, dono de uma quitanda no bairro Campos São José, na zona leste, que em agosto teve o caixa explodido.

Estratégia. A polícia identificou ainda que, para garantir que encontrarão dinheiro nos terminais, as quadrilhas danificam os equipamentos durante o dia. Caso nenhum técnico apareça para consertar o defeito, o explosivo é colocado durante a madrugada. Cada caixa eletrônico pode comportar até R\$ 100 mil. "Se ninguém consegue tirar dinheiro eles garantem que o caixa estará cheio quando explodirem", disse um investigador, que pediu para não ser identificado.

Baixo risco. O uso de dinamite para arrombar caixas eletrônicos começou na cidade de São Paulo em 2009 e logo

se espalhou para o interior. Só no Vale do Paraíba neste ano já foram 37 ataques.

O baixo risco envolvido nesse tipo de ação é um dos fatores que atrai os criminosos. "Para o bandido é bem mais fácil explodir um caixa e recolher o dinheiro do que invadir uma agência cheia de seguranças armados", disse o delegado assistente da seccional.

A facilidade em conseguir dinamite para os ataques é outro incentivo ao crime. Em 3 de setembro, 31 bananas de dinamite foram furtadas de um galpão da Imbel (Indústria de Material Bélico do Brasil), em Piquete. Até agora, nem a polícia, nem o Exército, responsável pelo controle do produto, têm pistas dos responsáveis.



PM já conseguiu reduzir ações em 14%

São José dos Campos

A Polícia Militar informou que também tem um mapeamento dos locais e horários mais visados pelos criminosos. Essas informações motivaram um redirecionamento do patrulhamento das equipes de Força Tática.

De acordo com o comando da corporação, a estratégia teria provocado uma redução de 14% no número de ataques na região. Foram 37 explo-

sões neste ano contra 43 no mesmo período de 2011 no Vale.

"Verificamos que a maioria dos ataques acontecia durante a madrugada e por isso direcionamos o policiamento dessas áreas nesse período", disse o coronel Leônidas Pantaleão de Santana, comandante do CPI-1 (Comando de Policiamento do Interior).

Responsabilidade. O comandante da PM na região lembra, porém, que

o combate a esse tipo de crime não é prioridade do policiamento.

"A obrigação da PM é proteger a população e locais públicos. Esses caixas eletrônicos pertencem a instituições privadas e são os próprios bancos que devem investir na segurança de seus equipamentos", afirmou Santana.

Fonte: O Vale - São José dos Campos/SP

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Walkiria Simões
Projeto gráfico e diagramação: G. Santos

